


ATA Nº 007/2021



Às oito horas e quarenta minutos do dia onze de agosto de dois mil e vinte um, os membros do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, em atendimento ao item seis do memorando nº. 005/2020 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual regulamenta o Decreto Governamental nº. 4942/2020, acerca da prevenção à disseminação da COVID-19, os conselheiros reúnem-se via aplicativo Webconferências CELEPAR para a sétima reunião ordinária de trabalho do biênio 2021/2022. O Sr. Presidente dá início a reunião informando que começaremos pelo **segundo** item de pauta, participação do Deputado Estadual Gilson de Souza presidente da frente parlamentar sobre drogas, em função do mesmo ter um compromisso. A Conselheira Maria Lucia pede a palavra e justifica a ausência do Conselheiro Suplente Marcelo Mikosz, pelo fato de estar se recuperando da Covid. O Presidente dá boas vindas ao Deputado destacando a importância da união do CONESD com a Casa Legislativa e solicita aos/as Conselheiros/as que se apresentem. Após a apresentação dos membros presentes na reunião, o Presidente passa a palavra para o Deputado, dizendo que o CONESD quer trabalhar junto, estreitar os laços. O Deputado Gilson assume a palavra agradece pelo convite e cumprimenta a todos/as e diz que foi uma honra receber o convite e que faz o combate as drogas há anos, que é pastor, que acompanhou Comunidades Terapêuticas e como Deputado criou a frente neste mandato e que existe um grupo de Deputados que compõem esta frente e se coloca à disposição do CONESD para trabalharmos juntos, encaminhar as demandas da política sobre drogas para o CONESD para discussão, aprovação. Continuando fala das dificuldades do trabalho presencial, que ficaram de forma remota e agora estão de forma híbrida, reforça a importância de estarmos juntos na sociedade, citando os representantes do CONESD. Comenta o que os problemas das drogas representa na sociedade, e que não podemos fazer sozinhos e que a frente precisa do CONESD para aprovar projetos, pede desculpas por não poder ficar mais tempo na reunião em função de ter sessão. O Presidente agradece a presença e pergunta de que forma podemos reativar o Fundo Estadual para a área da prevenção. O Conselheiro Dr Renato pede a palavra e fala do FESD, que a lei está desatualizada, que esta lei precisa ser atualizada e ser retirada algumas entidades, a ideia seria retirar o Ministério Público e o Judiciário, que já são órgãos fiscalizadores. Continuando, relata que é bem complexo este assunto e se o Deputado permitir, vamos montar um grupo de trabalho para encaminhar para o seu gabinete para realizar esta alteração e que a frente pode nos auxiliar. O Conselheiro Fábio pede a palavra, dá bom dia e saúda a presença do Deputado enfatizando a importância da aproximação do CONESD com a Assembleia Legislativa e menciona a questão do fundo e do assessoramento nas políticas. O

~~X~~ Conselheiro Suplente Soavinsk pede a palavra, dá bom dia ao Deputado e coloca sobre a Lei Municipal quanto a venda de bebidas alcólicas, disposição de bares há duzentos (200) metros das escolas, questiona se esta lei está sendo aplicada, pois recebe denúncias de bares próximos, prejudicando os alunos. Parabeniza o Deputado pelo trabalho e informa que participou de um debate sobre comunidade terapêutica feminina e que contamos com o Deputado. O Presidente no uso da palavra agradece a presença do Deputado Gilson e destaca a parceria para o próximo ano no Junho Paraná Sem Drogas e que temos algumas comissões no Conselho e conforme o assunto iremos repassar para ele. Dando continuidade o Presidente menciona que podemos avançar no debate da política sobre drogas, solicita orientação sobre o FESD para o próximo ano e como podemos encaminhar para regulamentação. O Deputado Gilson toma a palavra e coloca que a lei que trata sobre o fundo, podemos combinar do CONESD fazer as sugestões de alterações e encaminhar para a Frente para fazer as análises, retirando o Ministério Público e Judiciário, para encaminhar para a Assembleia para aprovação, para ter recursos para desenvolver projetos e manutenção da política sobre drogas, que temos que encaminhar a minuta e quanto as emendas parlamentares, este ano já se encerraram, mas irá verificar com os deputados da Frente para ver o que é possível e que também irá verificar quanto a venda de bebidas alcólicas próximas as escolas. O Presidente agradece mais uma vez a presença do Deputado Gilson e coloca que: “logo, menos de um mês encaminharemos a minuta do FESD para a Frente para encaminhamentos”. Reforça mais uma vez que o Deputado fez a fala no início por ter compromissos. Na sequência passando para o **primeiro** ponto de pauta, o Presidente coloca em votação a ata da última reunião ordinária, solicitando uma alteração no décimo primeiro ponto, quanto a Conferência Estadual, que será a primeira Conferência Estadual a ser realizada, sendo aprovada por todos e todas com esta ressalva. O Presidente prossegue para o **terceiro** ponto da pauta, quanto ao trabalho das Comissões Permanentes. A Conselheira Helena relata que na Comissão de Redução de Danos houve o envio de um e-mail pelo Conselheiro Fábio, na tentativa de agendar uma reunião, porém não ocorreu e que a mesma criou o grupo de whatsapp para facilitar a comunicação. O Conselheiro Fábio pede a palavra e fala das cinco (5) comissões e seus membros integrantes. O Presidente solicita para o Conselheiro Fábio para falar novamente da primeira comissão, a de prevenção para designar um membro para dar o andamento no trabalho. O Presidente solicita ao Conselheiro Weber para montar o grupo de whatsapp e organizar a comissão. O Conselheiro Fábio sugere que o Conselheiro Weber seja o coordenador da comissão e depois na primeira reunião eleger o relator, no que o Presidente informa que precisa cumprir o regimento e que tanto o coordenador quanto o relator precisam ser eleitos dentro da comissão. Prosseguindo, o Conselheiro Fábio apresenta a comissão de tratamento e reinserção social e a

~~X~~ Conselheira Maristela pede a palavra e coloca que só tem condições de ficar nesta comissão. O Presidente solicita para a SESA ficar responsável por montar o grupo e organizar os trabalhos da comissão. O Conselheiro Edson pede para incluí-lo na comissão de prevenção. A Conselheira Helena explica que havia deixado o nome da Conselheira Suplente Aline na comissão de redução de danos por solicitação da própria SESA, mas que irá retirar o nome da mesma e que também irá incluir o nome do Conselheiro Edson na comissão de prevenção. A comissão de redução de danos fica sob responsabilidade do Conselheiro Fábio para a organização dos trabalhos. A comissão de redução da oferta, o Presidente propõe ao Conselheiro Renato para a organização, porém Dr Renato informa que ele ficou como coordenador da comissão e Dr Italo como relator, que inclusive já estão elaborando um relatório compreendendo o ano de 2020 à 2021, apontando uma análise por regiões quanto as apreensões de drogas, procedimentos de tráfico e homicídios para ter um panorama de como anda esta questão. Estão tendo como base o documento da UNODC e da União Europeia e que para setembro já tem condições de apresentar o relatório para o CONESD, para ser utilizado pelas demais entidades interessadas. O Presidente aponta a necessidade de publicar os materiais na revista digital e Dr Renato diz que está verificando esta questão. O Presidente sugere buscar parcerias com outras entidades para publicações e cita a OAB como exemplo, neste momento a Conselheira Maria Lucia no uso da palavra diz que vai pedir para o setor de marketing da ACP para verificar como pode ser feito isto junto ao departamento. O Conselheiro Renato informa que na PLOA fez solicitação de recurso para a Conferência e para publicação, mas nada impede de buscar parcerias ainda este ano. O Conselheiro Fábio apresenta a comissão de pesquisa, informa que está nesta comissão, mas não tem informações. A Conselheira Suplente Aline Calefi informa que não conseguiram avançar e fica como responsável pela organização da comissão. Seguindo para o **quarto** ponto da pauta, curso para Conselheiros Municipais e Estaduais. O Presidente relata a parceria do CONESD com o NIEB/UFPR para a realização do curso de capacitação que está em andamento e a ideia é até o final de agosto, começo de setembro dê início, sendo direcionado para os conselheiros estaduais e municipais, com oferta de cem (100) vagas, gratuito, EAD e os conteúdos ficarão disponíveis na página do CONESD para acesso. Dr Renato pergunta se o curso será apenas para conselheiros e o Presidente responde que sim. Prosseguindo, o Presidente menciona sobre a capacitação para as escolas, “Escolas de Prevenção”, que será disponibilizado para a educação, questiona se será realizada ou não, que irá marcar uma reunião com o Secretário de Educação para tratar deste assunto. O Conselheiro Renato aponta a dificuldade de conseguir agendar a reunião com o Secretário e por outro lado as dificuldades de inserir os conteúdos nas escolas, considera necessário discutir previamente sobre o assunto com

 o Secretário para facilitar as tratativas. A Conselheira Simone informa que estão tentando marcar com o Secretário, mas não estão conseguindo, por isto solicitou o envolvimento do CONESD, fica preocupada com a questão dos custos, por isto precisa conversar antes.

O Presidente reforça mais uma vez a importância do curso. O **quinto** ponto da pauta trata da discussão sobre a Resolução Nº 3 de julho de 2020, Decisão Liminar e Revogação da Portaria 131/2012. O Presidente inicia falando da RDC quanto aos acolhimentos de adolescentes nas Comunidades Terapêuticas e que as CTs teriam que se adequar e que não tem informações sobre o número de CTs para adolescentes. A Conselheira Maria Lucia pede a palavra e informa que quem tem este controle do número de CTs nos municípios é a Vigilância Sanitária e pergunta se a SESA pode fazer este levantamento. O Presidente pede para aguardar a fala da Conselheira Maristela e continua falando da RDC, da questão dos prós e contras. Lembra a live que a OAB realizou o ano passado com a participação de vários especialistas para discutir este tema e também da ação civil pública solicitando a revogação, o cancelamento da RDC. Informa que a liminar está mantida e todos os adolescentes devem ser inseridos no sistema de saúde. Continuando, fala da Portaria 131/2012 e que desconhece adesão das CTs nesta portaria. A Conselheira Maristela assume a palavra e relata sobre a Portaria 131/2012 do MS, para dar incentivo as CTs, porém no Brasil a informação que tem do MS é que não existe nenhuma CT vinculada a esta portaria, talvez seja este o fato da revogação, o grau de exigência era bem alto e talvez a recompensa seria pouca. No Paraná não tem nenhuma CT nesta portaria. O que tem nesta portaria são os CAPS 24 horas e que tem leito transitório e as Unidades de Acolhimentos Transitórios que os adolescentes podem permanecer até três (3) meses e são serviços municipais vinculados aos CAPS. No Paraná a adesão foi praticamente inexistentes, acredita que apenas Curitiba. Continuando, descreve que o Paraná optou pelo SIMPR, onde está dividido por região: Toledo com um CAPSad III, Cascavel CAPSad III, uma Unidade de Acolhimento Adulto e uma Unidade de Acolhimento Infantojuvenil, Guarapuava um CAPSad III, um CAPSad Infantojuvenil, uma Unidade de Acolhimento Adulto e uma Unidade de Acolhimento Infantojuvenil, Cornélio Procópio um CAPSad III e uma Unidade de Acolhimento Adulto, Marmeleiro um CAPSad III e uma Unidade de Acolhimento Adulto, Coronel Vivida um CAPSad III. Estão trabalhando com as regionais para se criarem estes dispositivos, que o Estado repassa recurso e também o MS. A Vigilância Sanitária fiscaliza todos os serviços, inclusive as CTs que recebem verbas públicas, informa que muitas CTs recebem verbas de emendas parlamentares e de ONGs e que aí não tem gerência, mas as que recebem recursos públicos sim. Ressalta que fiscalizam a questão dos espaços físicos, equipamentos, mas a questão técnica fica a cargo das categorias de classes das profissões para a fiscalização. A Conselheira Maria Lucia no uso da

X palavra fala que a explicação foi excelente, mas pergunta novamente se a SESA pode solicitar a cada município o número de CTs que existem. A Conselheira Maristela informa que pode solicitar sim este levantamento. O Conselheiro Renato pergunta para Dr<sup>a</sup> Maristela sobre o SIMPR, e pelas anotações são seis (6), se a SESA tem o feedback sobre o serviço realizado por eles, se a quantidade de vagas atende à demanda. Dr<sup>a</sup> Maristela esclarece que recebem os relatórios e estão desenvolvendo um instrumento para verificar como está sendo a efetividade destes serviços. Destaca que no Junho Paraná sem Drogas teve uma devolutiva muito boa, que o serviço está absorvendo as demandas no território, inclusive não tem solicitação de vagas de internação em Hospital Psiquiátrico e onde não tem estes serviços ocorre muitas demandas de internação e quando retornam para os municípios não encontram o suporte, acabando na recaída pela vulnerabilidade que ficam, descrevendo como “uma porta giratória, entra no hospital, sai, vem a recaída e acaba cronificando”, por isto precisa aumentar os serviços. Informou que o MS abriu edital no site para solicitação destes serviços e que a SESA está trabalhando os municípios para ampliarem os serviços e que as pernas são curtas para tanto trabalho, que a área da saúde mental é muito ampla. Dr Renato pergunta sobre a suspensão da RDC e o prazo para o acolhimento dos adolescentes na saúde, se foi feito algum contato da SENAPRED com a SESA para falar sobre isto. A Conselheira Maristela fala que estas demandas estão relacionadas a área da Divisão da Criança e do Adolescente e o CONANDA é o responsável por esta política e que recebem informações por aí e que a SENAPRED não enviou nada e que deveriam informar, que talvez vai solicitar informações para a SENAPRED. A Conselheira Maria Lucia coloca que o SIMPR apresenta as informações mensalmente para o Conselho de Saúde e que se o Estado tem que assumir estas demandas dos adolescentes com certeza o Estado do Paraná irá assumir sim. Dr<sup>a</sup> Maristela considera que o CONESD pode ajudar nestas articulações para avançarmos e que o Dr Renato pode solicitar estas demandas até via e-mail. O Conselheiro Fábio pede a palavra e fala das discussões e da RDC que tem vícios de legalidade, que existem posicionamentos de vários conselhos, fala da revogação da portaria “que ficou um balaio de gato” e que fica claro para ele o que é o SUS e os serviços complementares, que não temos condições de fiscalização. Coloca ainda em relação a RDC que o CRP assina em baixo em relação a revogação. O Presidente coloca como sugestão de trazer para a próxima reunião os presidentes das federações das CTs para falar sobre as vagas e também solicitar a SESA para repassar as informações. Continuando, informa que a AGU entrou com um documento e caso a liminar seja mantida, estes adolescentes deverão ir para o SUS, por isto precisamos das informações para onde irão estes adolescentes, qual atitude que vamos tomar, onde serão colocados estes adolescentes, temos que fiscalizar este ato para exigirmos que os adolescentes tenham o

X tratamento adequado. A Conselheira Maria Lucia fala do SUS, “que nós conselheiros trabalhamos ferrenhamente para a manutenção do SUS, que nenhum deputado irá prejudicar, que cada município faz a fiscalização e controle, o SUS é muito bem fiscalizado”. O Presidente reforça novamente a necessidade do CONESD saber o que está acontecendo, do número de adolescentes que estão nesta condição e reporta a live da OAB, que já haviam apontado as dificuldades e que não houve discussão da RDC. E agora, pra onde estes adolescentes vão? Onde estão? Qual o número de adolescentes? O Conselheiro Fábio concorda com o Presidente que precisamos encaminhar este ponto, precisamos saber o número de adolescentes e onde estão. O Presidente coloca que se todos/as concordarem com os encaminhamentos, irá convidar as federações para a próxima reunião, o que todos/as concordaram. O **sexto** ponto da pauta trata da Discussão sobre a minuta do Novo Plano Nacional de Políticas sobre Drogas do Governo Federal. O Presidente fala que vamos discutir alguns pontos da minuta e se nós enquanto Conselheiros Estaduais vamos propor alguma sugestão para encaminhar, e que o prazo é de (30) trinta dias que não dará tempo de ser deliberado na próxima reunião plenária. Deixa a palavra em aberto e fala que no dia 17/08/2021 haverá uma reunião com todos os presidentes de Conselhos Estaduais para discutir esta questão. O Conselheiro Fábio do CRP assume a palavra e diz que “tem um milhão de coisas para falar e está achando estranho a falta de manifestação dos Conselheiros”. A Conselheira Maristela fala que não é desinteresse, mas que não teve tempo hábil para ler tudo. Fábio fala que irá iniciar pelo começo, que não há como despolitizar a minuta, do Plano Nacional de forma completa. Inicialmente há que se elogiar pois existe um plano, estabelece metas, buscou informações, caminhos e que existe o guia metodológico na minuta do plano. Existe o eixo de prevenção, existe um plano. Primeira coisa equivocada, esta questão não estar vinculada ao Ministério da Saúde e sim ao Ministério da Cidadania, não ter o olhar pela perspectiva da saúde. Que a saúde não está dialogando com o plano, aponta a transformação do CONAD, a retirada da participação da sociedade civil, a desconsideração da saúde mental, fala do eixo de tratamento que não contempla a rede do SUS, que a RAPS está minguando, a rede de atenção psicossocial está sendo ignorada. A Conselheira Helena do CRESS destaca alguns pontos do plano, como por exemplo a análise executiva da questão das drogas no Brasil seguindo a metodologia denominada “desenho da árvore de problemas”, identificando as causas (raízes) diretas e indiretas e suas consequências (galhos) de cada um dos problemas, como se fosse simples assim e que este modelo, com estes quadradinhos fica até difícil a visualização e compreensão, que a questão não é simples assim, os problemas e soluções dentro dos quadradinhos, a realidade é muito mais complexa. A Conselheira apontou a desconsideração à política de Redução de Danos, a falta da participação da sociedade civil na

✗ construção do plano e também a previsão do terceiro e quarto levantamento nacional de álcool e drogas (LENAD) e primeiro levantamento de cenas de usos em capitais já estar direcionado para uma Instituição de Ensino Superior, sendo que neste caso precisa abrir edital público e também questiona a realização destas pesquisas que estão previstas para o ano de 2023 e 2026, citando como exemplo o próprio Censo Demográfico de 2020 que não foi realizado. O Conselheiro suplente da OAB, Weber, faz os comentários e fala que a prevenção precisa ficar nas mãos de um dos eixos, que senão terão prejuízos. Cada área terá que conduzir o seu eixo e talvez a área do Ministério da Cidadania sendo o eixo condutor do plano. Relembrou o passado onde o plano estava vinculado a Justiça. Aponta que quando falamos de um plano, o mesmo precisa estar atrelado a diferentes olhares e não apenas a uma visão. O Conselheiro Fábio Fala que entende que a questão das drogas é interdisciplinar, que inclusive este Conselho deveria ser vinculado a saúde, assim como a política sobre drogas deveria ser vinculada a saúde. Weber menciona a criação da Secretaria de Políticas sobre Drogas de Campo Largo, onde ficaria? Que precisa estar vinculada a um setor, tem que ser independente, mas para trabalhar em harmonia com todos eles. O Conselheiro Marcos Bessa, representante do CRM informa que não discutiram no Conselho a minuta do plano, mas coloca a sua opinião de que o plano tem que ser construído de forma interdisciplinar e que toda a questão gira em torno do econômico, a indústria do tabaco, a rentabilidade do tráfico. Talvez se a política sobre drogas fosse vinculado à Secretaria Especial Institucional como foi no governo de FHC traria mais resultados e opina que se neste momento a política fosse vinculada a saúde e fosse tratada como está sendo tratada a Covid é melhor ficar vinculado em outro local mesmo. Comenta novamente respondendo ao Weber sobre a amplitude do conceito de saúde, que ele não enxerga como apenas a perspectiva da saúde como tratamento. O Presidente assume a palavra e informa que colocará dois pontos aos quais considerou importantes: primeiro que se tivéssemos um orçamento alto várias secretarias queriam ter esta política. Todos nós sabemos que a prática as vezes fica longe da teoria e fica com receio de como serão encaminhados tudo isto. Dois pontos que vê como preocupação, como primeiro a legitimidade da falta de participação da sociedade civil, a responsabilidade compartilhada, somente agora está para consulta pública, mas a participação da sociedade foi pífia, dificultando a legitimidade. Outro ponto que considera diz respeito de como se deve seguir o plano nas três instâncias, causa preocupação. E que o plano será regulamentado por decreto e menciona mais uma vez a falta de participação da sociedade civil. A Conselheira Maria Lúcia, representante da ACP/PR pede licença para se ausentar, o Conselheiro Weber diz que não tem mais nada a falar. O Conselheiro Fábio fala que concorda com o Presidente e aponta os riscos, como por exemplo o problemas da democracia, a retirada de cadeiras do CONAD e uma política feita por decreto já

X mostra que não terá a participação da sociedade civil. O Presidente coloca que pretende levar estes pontos que foram discutidos sobre o plano na reunião do dia 17/08/2021, caso os Conselheiros aprovem. A Conselheira Helena cita que adiantará a elaboração da ata e destacará os pontos que foram levantados pelos/as Conselheiros/as para serem discutidos na reunião com os Presidentes dos Conselhos Estaduais. O Presidente coloca a proposta em votação sendo aprovada por todos/as. O **sétimo** ponto de pauta trata dos Informes da Comissão de organização da Conferência Estadual sobre Drogas, o Presidente com a palavra coloca que já foi aprovada pelo jurídico e que podemos realizar a Conferência, e que foi encaminhado o projeto para o financeiro e na próxima reunião ficará como pauta a organização das comissões para dar andamento na organização. A Conselheira Helena fala da necessidade de encaminhar o ofício para a FIEP para garantir o espaço físico para a realização da conferência e que está prevista para os dias 02 e 03 de junho de 2022, que a Conselheira Aline Calefi solicitou o ofício. O **oitavo** ponto de pauta diz respeito aos Informes do NEPSD, destacamos que o Conselheiro Dr Renato teve que se ausentar da reunião, desta forma o Conselheiro Suplente Soavinsk informou que na data de ontem participou de uma live da SENAPRED sobre os grupos de mútua ajuda, que a apresentação dos grupos foi muito boa e que em breve terá uma listagem dos grupos e das CTs, que será mais uma ferramenta para auxiliar as famílias. O Presidente informa que é uma atualização do mapa que já existe. O **nono** ponto de pauta trata dos Informes Gerais e o **décimo**, da Palavra dos conselheiros, onde o Presidente divulga a Conferência Inovação e Transformação da OAB que acontecerá nesta data, e também faz questão de deixar registrado “que hoje é o dia do advogado”. Menciona que nesta conferência, na área sobre drogas, terá a presença da Andréa Galassi e do Daniel Lomônaco fazendo uma fala. Informa também que foi solicitado pela OAB todos os documentos sobre a conferência sobre drogas de Curitiba e que será entrado com mandato de segurança. O Conselheiro Suplente Soavinsk relata que recebeu um documento da pastora Sandra de Piraquara, solicitando inscrição no CRP, pois não tem conselho municipal de políticas sobre drogas no município. O Conselheiro Fábio diz que não tem nada a falar sobre este assunto e o Presidente relata que esta demanda chegou na OAB e que também não cabe ao CONESD. Soavinsk fala novamente da solicitação da pastora de cadastrar a CT no CRP. A Conselheira Maristela pediu a palavra e retorna ao assunto dos adolescentes, informa que conversou com a equipe e o perfil desta população corresponde a área da SEJUF, pela questão social e que devem estar vinculados a rede de assistência social e que as informações quanto esta questão é muito limitada, mas fará o possível para obter as informações. O Presidente aponta mais uma vez a determinação judicial, que os adolescentes deverão ser acolhidos na política do SUS. O Presidente respondendo ao Conselheiro Soavinsk, informa que a entidade de classe não



X pode dar o aval para esta questão quanto ao credenciamento da CT, que podem ter até responsabilidade civil e criminal caso deem este aval, que deverá procurar informações junto a SENAPRED, que é a precursora do convênio, para verificar esta questão e que a pastora já tem este conhecimento. O Conselheiro Fábio solicita a palavra e fala das dificuldades da plataforma para as reuniões, dificuldades de acesso ao sistema, e propõe o retorno presencial talvez daqui há dois meses, que temos que discutir isto. O Presidente no uso da palavra comenta sobre as dificuldades da plataforma e que verá o que é possível para a próxima reunião e quanto ao retorno presencial depende de Decreto do Governo Estadual. O Conselheiro Edson pediu a palavra, mas por problemas no microfone não conseguiu falar. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradece a participação de todos e todas e a reunião dá se por encerrada às 12h15min, do que eu, Helena Maria Ramos dos Santos, Secretária Executiva lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pelo Presidente deste Conselho.

| <b>LISTA DE PRESENÇA</b>                    |                                 |
|---|---------------------------------|
| <b>PRESENTES</b>                            | <b>ÓRGÃO REPRESENTANTE</b>      |
| Alan Cesar Santana Lopes                    | PMPR                            |
| Aline Calefi Lima                           | FIEP                            |
| Aline Pinto Guedes                          | SESA PR                         |
| Carlos Augusto Weber                        | OAB PR                          |
| Danielle Annoni                             | UFPR                            |
| Edison Luiz Machado de Camargo              | SEJUF                           |
| Fábio José Lopes Orsine                     | CRP PR                          |
| Gabriele Luize Pereira                      | CRF                             |
| Helena Maria Ramos dos Santos               | CRESS PR                        |
| Italo Biancardi Neto                        | DPC                             |
| José Augusto Soavinski                      | SESP                            |
| Luiz Carlos Hauer                           | OAB PR                          |
| Marcelo Mikosz                              | ACP PR <b>falta justificada</b> |
| Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa | CRM                             |
| Maria Lúcia Gomes                           | ACP/PR                          |



|                              |                      |
|------------------------------|----------------------|
| Maristela da Costa Souza     | SESA PR              |
| Nazah Cherif Mohamed Youssef | CRM                  |
| Renato Bastos Figueiroa      | SESP                 |
| Rita de Cássia Naumann       | DEPEN PR             |
| Simone Carinha Baroni        | SEED                 |
| <b>CONVIDADOS E OUVINTES</b> |                      |
| Gilson de Souza              | DEPUTADO ESTADUAL/PR |
| Vilmar Júnior                | ASSESSOR DO DEPUTADO |

**Luiz Carlos Hauer**

**Presidente – CONESD**

**Helena Maria Ramos dos Santos**

**Secretária – Executiva**